

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Durante a construção de um prédio público, a empresa contratada solicitou à fiscalização:

- autorização para subcontratação da fundação do prédio, tendo em vista a necessidade de equipamentos específicos, aos quais ela não tinha acesso;
- mudança da data-base do reajuste para a data de emissão da ordem de serviço;
- reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fruto da significativa variação do preço do cimento, o que caracteriza caso fortuito ou força maior;
- mudança de modalidade de garantia contratual de caução para fiança bancária;
- celeridade na análise das solicitações apresentadas pela contratada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, à luz da Lei de Licitações e contratos em vigor.

- 61** Desde que demonstrada a conveniência, a garantia contratual poderá ser alterada em comum acordo entre as partes.
- 62** Caso o edital tenha previsão de cláusula de matriz de riscos, a contratada não terá direito a reequilíbrio econômico-financeiro fruto de caso fortuito ou força maior.
- 63** No caso de o edital de licitação da obra em questão prever essa possibilidade, a subcontratação das fundações poderá ser autorizada pela fiscalização de acordo com os limites previstos no instrumento convocatório.
- 64** A mudança de data-base de reajuste está prevista na legislação vigente como uma das condições de alteração contratual unilateral pela administração.
- 65** Na situação em apreço, a fiscalização tem até o fim do prazo de vigência contratual para emitir decisão sobre todas as solicitações realizadas pela contratada.

Em relação ao planejamento e controle da execução de contratos de obras públicas, julgue os itens subsequentes.

- 66** Em uma ficha de composição de serviço constituída somente por pessoal e material, dobrar o coeficiente de mão de obra representa dobrar a produtividade da equipe alocada.
- 67** Os valores do cronograma físico-financeiro acumulados mês a mês permitem a obtenção de todos os valores planejados do contrato.
- 68** Atrasos injustificados de atividades no cronograma físico-financeiro, compensados por antecipação de outras de mesmo valor, ainda que não representem atraso financeiro, caracterizam atraso de cronograma, cabendo a aplicação das sanções previstas em contrato.
- 69** Execução de valores contratuais superiores à disponibilidade financeira é uma prática recomendada nos casos de contingenciamentos orçamentários.

A respeito de fiscalização de obras públicas, julgue os itens que se seguem.

- 70** No caso de ordem de paralisação do contrato de uma obra, o cronograma poderá ser prorrogado automaticamente por meio de apostila, desde que a dilação tenha o mesmo prazo da paralisação.
- 71** A partir do recebimento definitivo, a fiscalização assume toda a responsabilidade pela solidez e segurança da obra.
- 72** O detentor de atestado de responsabilidade técnica da fase de habilitação da licitação estará dispensado de participar efetivamente da execução da obra, desde que seja o responsável técnico perante o CREA.
- 73** A ART de cargo e função do servidor público, fiscal técnico do contrato, substitui a ART de fiscalização.
- 74** A equipe técnica da empresa contratada tem até o final do contrato para realizar no CREA o registro da anotação de responsabilidade técnica (ART) de execução de obra.

Julgue os itens seguintes, no que se refere às atividades envolvidas no processo de análise e compatibilização de projetos.

- 75** É possível o desenvolvimento parcialmente concomitante de investigações de campo e de projetos de terraplanagem, pavimentação e drenagem de uma rodovia, desde que o fluxo de informações no ambiente de projeto permita a integração compatível de soluções adotadas em diversas disciplinas e a coerência com dados levantados no terreno.
- 76** O projeto de redes urbanas coletoras de esgoto sanitário doméstico deve prever declividade mínima em seus trechos capaz de proporcionar, ao menos uma vez ao dia, tensão trativa suficiente para promover a autolimpeza da tubulação, com vazão estimada para o início do plano.
- 77** Na compatibilidade entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares de uma edificação, a identificação de elementos conflitantes pode ser realizada empregando-se o programa BIM (*building information modeling*), que é um *software* voltado à integração de modelos oriundos de diversas disciplinas.

Com base na atual legislação ambiental brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 78** Conforme a Lei n.º 9.605/1998, poderá ser aplicada à pessoa jurídica infratora a penalidade de prestação de serviços à comunidade, a exemplo da execução de obras de recuperação em áreas degradadas.
- 79** O estudo de impacto ambiental deve ser apresentado de forma compacta e direta, traduzindo informações técnicas em linguagem acessível e ilustrada com uso de comunicação visual, evidenciando vantagens e desvantagens do projeto.
- 80** Conforme a Resolução CONAMA n.º 237/1997, a licença prévia autoriza a construção do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental, constituindo requisito prévio ao início das obras.
- 81** O órgão ambiental municipal pode licenciar empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, desde que essa competência lhe seja delegada pelo estado, por instrumento legal ou convênio.
- 82** Conforme a Resolução CONAMA n.º 001/1986, a abertura de estradas vicinais rurais com duas faixas de rolamento depende da elaboração do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental.

- 83** Na aplicação de penalidades derivadas de crimes ambientais, a responsabilidade de pessoas jurídicas não exclui a de pessoas físicas autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, podendo, ainda, ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Com relação à contratação de obras e concessão de serviços de engenharia na esfera pública, considerando a atual legislação brasileira, julgue os próximos itens.

- 84** Em caso de parceria público-privada para construção e operação de escola, restritas a serviços não pedagógicos, a contraprestação da administração pública será precedida, obrigatoriamente, da disponibilização do serviço objeto do contrato.
- 85** Uma nova concessão de serviço público municipal de coleta e tratamento de esgotos pode contemplar o repasse da infraestrutura existente e, necessariamente, será objeto de prévia licitação.
- 86** O projeto básico de uma ponte rodoviária em uma estrada municipal deve se ater aos elementos suficientes à caracterização geral da obra, estabelecendo soluções globais com a flexibilidade necessária para permitir que o projeto executivo detalhe as soluções técnicas localizadas, tais como o tipo de fundação mais apropriado.

Julgue os seguintes itens, relacionados ao processo de elaboração de orçamentos.

- 87** Repouso semanal remunerado, feriados, férias e décimo terceiro salário são itens que devem estar contemplados no BDI do orçamento estimativo de uma obra.
- 88** O cronograma físico-financeiro é a ferramenta de gerenciamento que busca definir o objeto de uma obra de forma detalhada, contendo a descrição do método executivo de cada serviço e estabelecendo requisitos, condições e diretrizes administrativas e técnicas para sua execução.
- 89** O orçamento sintético é o que elenca a relação completa dos serviços necessários à conclusão da obra; porém, sem desdobrar os insumos presentes em cada serviço.
- 90** A composição de custo unitário define o valor financeiro necessário para executar uma unidade de determinado serviço, devendo ser elaborada com base em coeficientes de produtividade de mão de obra e de equipamentos, de consumo e de aproveitamento de materiais, com preços obtidos no mercado.

Julgue os próximos itens, a respeito de conceitos, princípios e regras pertinentes a licitações de obras públicas.

- 91** Superfaturamento é o dano comprovado à administração pública; uma das hipóteses de ocorrência desse fato é a deficiência na execução de obras, que resulte na diminuição da sua segurança, qualidade ou vida útil.
- 92** A publicação de extrato do edital de uma licitação no Diário Oficial da União atende simultaneamente aos princípios da publicidade e da transparência aplicados à administração pública.
- 93** A legislação vigente proíbe que a administração contrate uma obra em que o contratado tenha por obrigação a elaboração de projeto básico, uma vez que todos os custos envolvidos no objeto devem estar previamente estabelecidos.
- 94** O critério de julgamento de maior desconto é aplicável à contratação de obra na modalidade de concorrência e deve ter como referência o valor médio dos preços apresentados pelas licitantes habilitadas a participar da etapa de abertura das propostas.
- 95** O limite para dispensa de licitação de obras deve ser atualizado a cada dia 1.º de janeiro pelo Poder Executivo Federal com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou índice que vier a substituí-lo.

Com referência a contratos administrativos de obras públicas, julgue os itens a seguir.

- 96** No caso da contratação de obra em que se exija no edital a prestação da garantia na modalidade fiança bancária, se houver inadimplemento pelo contratado, a execução e a conclusão do objeto do contrato terão de ser assumidas pela instituição financeira, caso esta opte por não pagar a integralidade da importância segurada indicada na apólice.
- 97** Os contratos de obras terão de possuir cláusulas definidoras dos critérios e da periodicidade das medições, que, sempre que compatível com o regime de execução, deverão ser mensais.
- 98** Em um contrato de obra, não é necessário haver cláusulas que prevejam o regime de execução, pois este deverá ser definido pela contratada, seguindo os princípios de economicidade, eficácia e eficiência.

A equipe responsável pela contratação da construção de um prédio público detectou a necessidade de modificar os projetos, após o início dos trabalhos, para melhor adequação técnica aos fins propostos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 99** Caso os projetos apontem apenas acréscimos, a contratada será obrigada a aceitá-los, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- 100** Caso a alteração dos projetos suprima trechos para os quais a contratada já adquiriu e colocou materiais no canteiro de obras, a administração deverá fixar prazo para que aquela recolha os referidos insumos, sem direito a indenizações, por não haver previsão legal para o pagamento de itens que não sejam diretamente aplicados nos serviços.

Espaço livre